

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: Concepção de uma professora iniciante de Química

Simone Nóbrega Catão; Kátia Fabiana Pereira Ataíde; Joellyson Ferreira da Silva Borba.

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Simone_catao@hotmail.com
profkatiaquimica@gmail.com
joellysonuepb@gmail.com

Resumo: No Brasil, a inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino é uma realidade. No entanto, ainda nos deparamos com professores que se sentem inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber crianças com necessidades especiais na sala de aula, especialmente na disciplina de Química, que possui um grande apelo visual. Desta forma a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as dificuldades que uma professora iniciante de Química encontra no processo de ensino e aprendizagem com alunos com deficiência visual inserida na rede regular de ensino. Optamos em relizar um estudo de caso com abordagem qualitativa, utilizando uma entrevista semiestruturada como coleta de dados. Os resultados mostraram as dificuldades encontradas pela professora em lecionar Química, assim como as estratégias de ensino utilizada para facilitar o processo de aprendizagem de alunos com deficiência visual. Ao fim da pesquisa concluímos que os recém-formados, se deparam com inúmeras dificuldades quando vão para sala de aula e encontram alunos deficientes. Além disso, muitas escolas não oferecem condições físicas adequadas nem profissionais de apoio para acolhimento destes alunos.

Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão; Química.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino é uma realidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), senso 2010, cerca de 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, seja ela, visual, auditiva, motora ou mental. Nas escolas regulares da Paraíba estão matriculados cerca de 15 mil alunos com algum tipo de deficiência de acordo com dados do Censo Escolar de 2014.

Portanto, é indispensável que a escola regular aprimore suas práticas pedagógicas para poder atender às necessidades do processo inclusivo. A educação inclusiva surgiu em 1994 com a declaração de Salamanca, que vem para celebrar a diversidade nas instituições de ensino regular.

É a partir dela que se inicia, em 1994, a era da inclusão, propondo a reestruturação do sistema educacional na qual a pessoa com deficiência deixa de ser o foco central de todos os fracassos e dificuldades do processo

educativo e passa a ser atendida em suas demandas, uma vez que é na interação com a sociedade que os impedimentos são ressaltados, pois é a sociedade que deve se adequar às pessoas com deficiência. Mesmo sob um novo paradigma, constata-se que a falta de financiamentos públicos, a ausência de estrutura, serviços e recursos que permitam a acessibilidade para essas pessoas, a formação continuada não contextualizada, como também a ausência de políticas públicas articuladas são responsáveis pelas barreiras que ainda persistem no processo de inclusão. (SILVA, FRAGOSO e ASFORA, 2012, p.3,4)

De acordo com Mittler (2003, p. 34) “ a *inclusão* implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula”. Incluir não significa “jogar” o indivíduo em sala de aula regular. A escola regular tem o papel de proporcionar meios que garantam a inserção, permanência e aprendizagem, ofertando formação continuada para professores que atuam na sala regular e atendimento especializado concomitante.

Formar professores é um aspecto que merece ênfase quando se trata da inclusão. Ainda nos deparamos com professores que se sentem inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber crianças com necessidades especiais na sala de aula. Alves (2009) acrescenta que para uma educação inclusiva mais efetiva o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula.

Além disso, a escola deve possuir uma estrutura física adequada para receber estes alunos. Para receber deficientes visuais por exemplo, deve possuir piso tátil para facilitar a locomoção dos mesmos. A deficiência visual, é definida como a perda total ou parcial, da visão. Podendo ser classificada em: cegueira e baixa visão/visão subormal. Os professores da rede regular de ensino devem estar preparados para trabalhar com estes alunos.

[...] os professores que recebem alunos cegos ou com baixa visão em sala de aula, na sua maioria, têm apenas informações teóricas sobre a questão e não conhecem as potencialidades e possibilidades deste aluno. Há uma tendência cultural da pessoa vidente considerar este indivíduo como limitado, e, conseqüentemente, incapaz ou deficiente (LIRA e SCHLINDWEIN, 2008, p.176).

Na área das ciências exatas o professor deve lançar mãos de estratégias que facilite o processo de ensino e a aprendizagem por alunos deficientes visuais. Por ser uma área muito visual, repleta de fórmulas, gráficos e etc, o ensino dessa ciência se torna desafiadora para os

docentes. A disciplina de Química à exemplo, é composta de visualizações, carregada de reações, diagramas, imagens, fórmulas e etc, portanto deficientes visuais, podem apresentar dificuldades em se desenvolver frente a um ensino tradicional de matérias relacionadas com as ciências exatas. O ensino de Química exige adaptações pedagógicas que facilitem a aprendizagem destes alunos.

Nessa perspectiva, é importante que as instituições de ensino e os profissionais que fazem parte desta instituição estejam atentos às características, ou seja, às particularidades do aluno cego ou com baixa visão, observando sempre as suas potencialidades e respeitando suas especificidades.

Desta forma, o processo de inclusão escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais –NEEs, ainda vem sendo um grande desafio para as instituições de ensino e para o corpo docente. Assim, entendemos que é importante investigarmos as dificuldades que os professores vêm apresentando no processo de ensino e aprendizagem com os referidos alunos.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as dificuldades que uma professora iniciante de Química encontra no processo de ensino e aprendizagem com alunos com deficiência visual inserida na rede regular de ensino.

Metodologia

De acordo com o foco principal da presente pesquisa, optamos por um estudo de caso com abordagem qualitativa. Chizzotti (2013, p. 135), esclarece que o estudo de caso tem o objetivo de “reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores”. Em relação a abordagem qualitativa Bogdan e Biklen (1994), afirmam que a pesquisa qualitativa possui um caráter exploratório, e tem o pesquisador como instrumento fundamental para coleta de dados, o que requer do pesquisador um contato direto e interativo com pessoas e lugares envolvidos em seu objeto de estudo.

A coleta de dados se deu através da aplicação de uma entrevista semiestruturada a uma professora de Química (professor A e professor B) que atua em uma escola regular da rede pública do estado da Paraíba no município de Lagoa Seca- PB e que durante a pesquisa lecionava a alunos com deficiência visual, especificamente, a um aluno cego e outro com baixa visão. Denominamos o professora, de professora Q, com o intuito de preservar sua identidade.

A mesma possui 26 anos, concluiu o curso em 2016, possui 2 anos de experiência profissional, atuando há 7 meses na instituição pesquisada.

Resultados e discussão

1.1 Sobre a diferença entre baixa visão e cegueira

Com base na primeira questão da entrevista a professora Q, relata seu conhecimento sobre a cegueira e a baixa visão. Como vemos nas falas abaixo:

Cegueira é quando não se enxerga nada e quando se ver um pouco, por menos que seja, é baixa visão. (Professora Q)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece e assinala como o portador de visão subnormal conhecido como baixa visão, aquele com acuidade visual de 0,05 a 0,3, em ambos os olhos. E a pessoa com cegueira total, à pessoa com acuidade visual inferior a 0,05 em ambos os olhos, após máxima correção.

A baixa visão é uma deficiência em que a ocorre a perda de campo visual comprometendo a visão, ela pode ser causada por inúmeros fatores, desde as enfermidades a traumas ou disfunções, assim, causa um comprometimento da visão e não pode ser recuperado por meio de lentes, cirurgias e outros recursos. (CONDE, 2012)

Enquanto que a cegueira é uma deficiência sensorial caracterizada pela perda total da visão ou pela pouquíssima capacidade de enxergar, fazendo com que as pessoas cegas utilizem os demais sistemas sensoriais para se comunicar com o mundo (OCHAÍTA E ESPINOSA, 2004).

Percebemos na fala da professora um conhecimento sobre cegueira e baixa visão. Apesar de ser um conhecimento restrito, verificamos que ele sabe informar que deficiente visual abrange tanto a baixa visão como a cegueira, diferenciando-a uma da outra. Infelizmente, muitos docentes ainda tem o pensamento que o termo deficiente visual diz respeito apenas a pessoa cega.

Tanto para alunos cegos ou com baixa visão, existem adaptações e alternativas de incluir em salas de aulas regulares da maneira mais vantajosa para esse aluno, cabe a escola receber e favorecer o processo de inclusão de forma efetiva a esse aluno.

1.2 Dificuldades em ensinar para deficientes visuais

Sabendo da importância de se ter um processo de inclusão favorável ao aluno deficiente visual e a garantia da aprendizagem do mesmo, questionamos, quais as dificuldades encontradas pela professora para lecionar química a esse aluno. Obtivemos a seguinte resposta,

Nunca tinha tido um aluno que exigisse um atendimento diferenciado, no início fiquei com muito medo de fazer algo errado, de prejudicar esse aluno, não sabia como agir na prática, só na teoria. (Professora Q)

Percebemos uma insegurança na fala da professora, que apesar de ser formada recentemente e ter visto em sua grade curricular disciplinas sobre inclusão, enfatiza que ao receber alunos com deficiência visual, não sabia como agir na prática, apenas na teoria. Portanto, apenas a teoria vista em disciplinas que abrange a inclusão durante a graduação, não é suficiente para a formação desse aluno, percebemos a necessidade de ter uma formação prática, levando o aluno de licenciatura a conviver e lecionar a alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE, durante o processo de estágio.

A área das ciências exatas, particularmente a Química é repleta de códigos próprios da disciplina e é vista pela maioria dos alunos como uma disciplina complexa. Em sala de aula o professor tem que lançar mãos de inúmeras estratégias para atrair a atenção dos alunos videntes. Quando se tem alunos deficientes visuais em sala de aula, além da oralidade o professor deve estar preparado para utilizar recursos didáticos que explore os demais sentidos destes alunos.

As inúmeras falhas na formação inicial do professor fazem com que ele deixe a desejar no processo de ensino e aprendizagem do aluno cego, o medo de falhar ou o sentimento de incapacidade pode limitar essa interação em sala de aula e prejudicar o aluno. De acordo com Gotti (1998), a universidade, além de oferecer cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação, também tem o dever de envolver-se e envolver os acadêmicos em pesquisa sobre o ensino. Para Mittler (2003, p. 15)

O professor do ensino regular com alunos com necessidade educacionais especiais, devido ao seu despreparo, não pode desenvolver satisfatoriamente sua prática pedagógica estando desarticulado de uma rede de apoio especializada e o pouco recurso didático pedagógico e o salário insuficiente para cumprir as exigências sociais podem desencadear ainda sua baixa autoestima, refletindo negativamente em sua ação pedagógica.

O aluno cego ou com baixa visão em sala de aula, não deve ser visto pelo professor como um problema, ele tem capacidade de aprender naquele ambiente e isso deve ser compreendido por todos que fazem parte desse processo de inclusão. Para Mazzotta (1992), apesar da incapacidade visual, os cegos têm condições assim, de estruturar conhecimentos dos mais simples aos mais complexos, pela utilização plena dos sentidos remanescentes, sem que isso implique numa compensação sensorial.

1.3 Dificuldades encontradas pelo aluno

Sabemos que o deficiente visual também sente dificuldades no processo de inclusão e perguntamos a professora quais as dificuldades apresentadas em sala de aula pelo aluno, tivemos a seguinte resposta,

Para a aluna de baixa visão, acredito que tenha menos dificuldades em entender os conteúdos de química, geralmente ela não demonstra muita dificuldade, já a aluna cega, essa sim, demonstra sentir muita dificuldade, as vezes me pego falando algo na sala que ela não vai compreender, pois não está vendo, como, "vejam aqui", "estão vendo"... entre outras expressões. Vejo que ela sente dificuldades em compreender alguns conteúdos, como agora, distribuição eletrônica, porém ela não fala, acho que por vergonha de falar para todos na sala. Como não temos sala de AEE, dificulta ainda mais para ela. Vejo que quando consigo adaptar algum material, ela compreende melhor. (Professora Q)

Sabemos que as disciplinas exatas, mais especificamente, Química, ainda é uma disciplina que causa um certo receio entre os alunos videntes, para alunos cegos a situação é mais agravante. Por apresentar-se com um grande apelo visual, com fórmulas, reações, imagens, gráficos e códigos característicos a assimilação do conteúdo pelo aluno cego se torna mais complicado. A utilização de alternativas fáceis e acessíveis a todos, do uso de materiais adaptado, ações e intervenções pedagógicas corretas e o uso das tecnologias assistivas promovem uma aprendizagem mais efetiva, que promove a inclusão do aluno cego.

Para Borges; Pereira e Aquino (2012), a escola, necessita propor um modelo de organização que propicie mudanças na perspectiva educacional, que considere as necessidades de todos os alunos e não se limite a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola. A escola deve atender a todos e da melhor forma, para isso, é muito importante o uso das tecnologias assistivas e as adaptações pedagógicas, já que a escola deve atender a todos, sem exceção.

1.4 Atividades desenvolvidas que facilitam a aprendizagem do deficiente visual

Sabendo da importância do processo inclusivo e do aumento no número de matrículas de alunos com deficiência na escola regular, questionamos a professora quais atividades e adaptações que ele costuma fazer para facilitar o processo de ensino e aprendizagem do aluno cego. Sobre essa questão, ele respondeu que ,

Tento fazer o possível com o pouco que tenho, tento explicar oralmente todos os detalhes do que está sendo exposto no quadro e quando dá tento fazer algo que o aluno consiga manusear. (Professora Q)

O professor deve buscar ao máximo fazer adaptações em sua aula de modo que todos os alunos sejam alcançados e todos adquiram a aprendizagem esperada. É sugerido que o professor não mude sua aula para incluir o aluno deficiente visual e sim adaptar-lhe, as necessidades desses alunos, respeitando suas limitações e explorando seus potenciais.

Em sua fala, a professora enfatiza a importância da oralidade já que este aluno utiliza a audição com via de conhecimento. Além disso, o professor enfatiza que quando possível tenta fazer algo que explore a percepção tátil destes alunos. A utilização de recursos didáticos que explorem a percepção destes alunos é muito importante para o desenvolvimento da aprendizagem, especialmente na Química que é sobrecarregada de informações visuais.

Segundo Cerqueira e Ferreira (2000, p. 72), “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes”. A inclusão de pessoas com deficiência, mais especificamente cegos, na sala de aula regular, e em disciplinas exatas, exige a utilização de materiais adaptados que aproxime esse aluno dos conteúdos ministrados na disciplina. Se essa adaptação não é utilizada, o aluno torna-se desmotivado para a aula comprometendo o processo de aprendizagem. O aluno cego acaba sentindo-se excluído.

1.5 Como a escola trata a inclusão

A verdadeira inclusão depende de todos que fazem parte da comunidade escolar, sendo assim, surgiu o presente item, obtendo a seguinte resposta,

Acho que falta muito, desde a estrutura física, como pessoal, temos pouco, quase nada, para dar suporte aos alunos que são “incluídos”. Eles são colocados lá e só, está longe de ser inclusão, o que fazem. (Professora Q)

Com o passar dos anos a instituição escolar vem se tornando um espaço democrático e diversificado. A inclusão, garante uma escola para todos, sem exceção. No entanto, o que observamos na prática tendo como suporte a fala da professora Q, são escolas sem estrutura física adequada e sem profissionais qualificados para atender alunos com NEE.

O processo de inclusão escolar é colocado como responsabilidade do professor dentro da sala de aula, e todos os demais tentam se ausentar dessa incumbência. Segundo Prieto (2002, p.49) “[...] inclusão não se resume ao acesso, mas também à permanência desses educandos no ensino regular, o que é primordial[...]”. A inclusão do aluno cego, vai muito além de colocar esse aluno em sala de aula regular, esse processo é responsabilidade de todos os membros que compõem a instituição escolar. Dessa forma, todos que fazem parte desse processo devem estar preparados para receber esse aluno, desde funcionários e gestão escolar.

Conclusão

O estudo da inclusão ao longo da nossa história, só veio a corroborar para o entendimento as cerca desse processo tão discutido e ainda tão longe de ser realmente posto em pratica como deveria acontecer. O processo inclusivo é algo distante da realidade que nos deparamos, principalmente na rede pública de ensino. A escola por sua vez, deve caminhar unida, pois só a educação pode mudar a realidade da sociedade e o olhar sobre a inclusão.

O professor é uma peça muito importante no processo de inclusão e sua formação deve ser embasada na educação inclusiva. Atualmente os cursos de graduação trazem essa nova realidade para os cursos de licenciatura, porém constatamos que apesar de terem todo suporte teórico, os recém-formados, se deparam com inúmeras dificuldades quando vão para sala de aula e encontram alunos deficientes. Além do mais, muitas escolas não oferecem condições físicas adequadas nem profissionais de apoio para acolhimento destes alunos.

Referências

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Ministério da Educação : Secretaria de Educação Especial, 2006.

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos.** Tradução Maria João Alvarez, Sara B. dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto Editora. Portugal, 1994.

BORGES, M. C.; PEREIRA, H. DE O. S.; AQUINO, O. F. **Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente.** Revista Iberoamericana de Educação n.º 59/3 – Acesso em 25 de Agosto de 2018.

BRANDENBURG, L. E.; LÜCKMEIER, C. **A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva.** Anais do Congresso Estadual de Teologia. São Leopoldo: EST, v. 1, 2013. p.175-186. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/view/191/149>. Acesso em 02 de agosto de 2018.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. **Os recursos didáticos na educação especial.** Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, n° 5, dezembro de 1996. p.15-20.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências humanas e Sociais.** Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

CONDE, A. J. **Definindo a Cegueira e a Visão Subnormal.** Instituto Benjamin Constant: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=94>, acesso em 26 de agosto de 2018.

GOTTI, M. O. **Integração e inclusão: nova perspectiva sobre a prática da educação especial.** Londrina: UEL, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm Acesso em 14 de agosto de 2018

LIRA, M. C. F. de; SCHLINDWEIN, L. M. **A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural.** Cad. Cedes, Campinas, Vol. 28, n. 75, p. 171-190, maio/ago, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a03.pdf> Acesso em 27 de setembro 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1992.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução: Windyz Brazão Ferreira.- Porto Alegre: Artmed, 2003.

OCHAÍTA, E.; ESPINOSA, M. A. **Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais.** Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais, 2, 2004, 151-170.

PRIETO, R. G. **A Construção de Políticas Públicas de Educação para todos.** Editora da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2002, 45-59.

SILVA, R. C. A.; FRAGOSO, Z. P. A.; ASFORA, R. **As Salas de Recursos Multifuncionais e as contribuições dos professores dessas salas no processo educacional de estudantes com deficiência visual.** Disponível em: https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2012.2/as%20salas%20de%20recursos%20multifuncionais.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2018